



JORNALISMO E CONTRA-HEGEMONIA¹

GT8: Comunicação Popular, Comunitária e Cidadania

Cátia Guimarães²

Resumo

O trabalho parte da hipótese de que o caráter ideológico da imprensa não está apenas no conteúdo veiculado, mas também num *modo de se fazer jornalismo* baseado na rígida separação entre informação e opinião, na objetividade identificada como imparcialidade e na atualidade associada ao ineditismo. Situa o fortalecimento desse modelo no momento de consolidação do poder de uma burguesia que, na sua fase revolucionária, havia promovido um jornalismo francamente político. Supõe que, travestido de prática profissional, esse modelo se naturalizou para além da grande imprensa, sendo referência também para muitas práticas jornalísticas que se pretendem alternativas. Na busca de caminhos para um jornalismo contra-hegemônico, explora as categorias de cotidiano, de Lukács, e senso comum, de Gramsci, para compreender as especificidades do jornalismo para além da sua funcionalidade burguesa. Compreende o desenvolvimento de um jornalismo (e de outras práticas comunicacionais) contra-hegemônico como um desafio posto às lutas pela democratização da mídia na América Latina.

¹ Este trabalho é parte da tese de doutorado da autora, que encontra-se em desenvolvimento no Programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.

² Jornalista, mestre em comunicação e cultura, doutoranda em serviço social, todos pela UFRJ, Brasil. Servidora pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil. Email: catiaguimaraes@fiocruz.br.

Introdução

Ganhou força e visibilidade, nos últimos tempos, vindo principalmente do cenário da América Latina, o debate sobre a democratização da mídia. Importantes iniciativas políticas de regulação da comunicação eletrônica e criação de meios públicos, estatais ou não, vindas principalmente de países como Venezuela, Argentina e Equador, modificaram, à esquerda e à direita, o debate e as lutas nesse campo. Por um lado, ao focarem na regulação estatal sobre as empresas de comunicação, essas lutas e iniciativas político-governamentais desempenham um papel importante, que mexe diretamente na base econômica dos conglomerados que hoje controlam a grande mídia. Por outro, essa mesma regulação, acompanhada do incentivo à construção de mídias alternativas, nem sempre nos parece assumir uma feição precisa no que diz respeito ao objetivo da luta e, conseqüentemente, às suas táticas e estratégias. O que se espera construir como o 'alternativo' à mídia hegemônica responde a um amplo espectro de intenções e referenciais teóricos e políticos, que determinam de diferentes maneiras a forma e o conteúdo dessa 'nova' comunicação a ser criada.

Como recorte dessas questões mais amplas, o foco deste trabalho é o jornalismo, entendido como uma das práticas que compõem essa comunicação que se quer renovar como parte e ao mesmo tempo ferramenta de uma transformação mais ampla da sociedade. O foco no jornalismo nos parece que acrescenta uma dimensão importante das lutas pela democratização da mídia — que, muitas vezes, apegam-se a um ideal de democracia limitado a uma repartição (mais) igualitária ou equitativa de espaço e oportunidades, descolada da compreensão do sistema capitalista na sua totalidade. A desconcentração dos meios de comunicação é uma das principais bandeiras de luta do movimento pela democratização da comunicação na América Latina e ganha ainda mais importância em países como o Brasil, que, a despeito do que diz a lei, apresenta

clara situação de monopólios midiáticos. Não é possível negar o atraso, sempre permissivo com os grandes grupos empresariais, que a legislação brasileira tem em relação aos países ditos “desenvolvidos” e, mais recentemente, também em relação a vários países latino-americanos, que enfrentaram importantes embates políticos pela implantação de sistemas de comunicação menos concentradores. Mas os exemplos clássicos de países como Estados Unidos e Inglaterra, que servem de parâmetro para a democratização que se almeja no Brasil e, de alguma forma, em toda a América latina, são pouco animadores quando se amplia a lente de análise para além da legislação comunicacional e se pensa na organização das liberdades materiais, mais do que da mera liberdade de imprensa ou mesmo das ditas liberdades civis em geral. Parece-nos que os exemplos práticos denunciam a filiação teórica e política do conceito assumido por algumas frentes de luta pela democratização da comunicação no Brasil e, talvez, em boa parte do território latino-americano, a um liberalismo preso às amarras da institucionalidade burguesa.

A questão, portanto, nos parece, está em como não permitir que a desconcentração dos meios, sem alteração das práticas, se torne a multiplicação de autores e vozes cujo conteúdo, ainda que com outras abordagens ou recortes locais e específicos, faça apenas reproduzir e reafirmar o cotidiano da sociedade capitalista. Em outras palavras: como a luta por uma regulação que se dá no contexto da sociedade burguesa pode apontar para práticas que, em vez de multiplicarem e diversificarem os focos de reprodução dessa sociedade, busquem o caminho da sua superação?

Parece-nos, pois, urgente que se reflita sobre o modo de produção de cada manifestação comunicacional específica, desnaturalizando, por exemplo, que a estética (da novela, do cinema, do programa de entrevista, do programa de rádio etc) que atende aos interesses dominantes seja necessariamente a mesma que

pode traduzir ou discutir os interesses dos grupos subalternizados que hoje não têm espaço na grande mídia. No que diz respeito ao jornalismo, isso nos leva a algumas questões: será possível promover o mínimo desvelamento da realidade produzida e veiculada pela imprensa burguesa, sempre parcial, utilizando-se das mesmas ferramentas que ela utiliza? Bastará que se alterem os conteúdos priorizados nas notícias e se modifiquem as versões para que se constitua de fato algo 'alternativo'? É suficiente que se institua a diversidade como uma mera disputa de interpretações?

Com isso queremos sugerir que, no que diz respeito à comunicação, a ideologia, como velamento e/ou inversão do real, não está apenas no conteúdo veiculado, mas também no próprio modo de se fazer notícia. Acreditamos que o que se reconhece hoje como jornalismo, com sua forma de priorização, apuração e narrativa sobre a realidade, é, ela própria, uma prática construída ideologicamente, que tem data e local de nascimento e, principalmente, uma identidade de classe: burguesa. A história da imprensa, no Brasil e no mundo, mostra que o jornalismo não foi sempre assim — informativo em contraposição ao opinativo, por exemplo — e que sua caracterização nos moldes atuais tem coerência histórica com o processo de desenvolvimento do capitalismo.

A simples observação da atuação de um importante aparelho privado de hegemonia do capital no campo da comunicação, a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), parece confirmar essa pista. Presença fundamental na defesa de uma 'liberdade de imprensa e de expressão' moldada pelos interesses dos proprietários dos grandes meios, a SIP mantém uma outra instituição (o Instituto de Imprensa) que atua como seu braço pedagógico, promovendo iniciativas que difundam o "bom jornalismo" ou um jornalismo "bem feito". Associando diretamente o modo de fazer jornalismo com a garantia dos interesses de classe que ela representa, reconhece essa estratégia (que se materializa, por exemplo,

em manuais e modelos de curso de jornalismo) como forma de minimizar as possibilidades de interferência externa nos grandes jornais.

Tudo isso parece nos colocar o desafio de lançar um olhar de estranhamento sobre esse modo de se fazer jornalismo³ que, apesar de histórico e ideológico, se naturalizou a ponto de raramente ser questionado nas suas estruturas — ou melhor, a ponto de quase nunca ser tematizado de forma crítica na prática, seja da comunicação comunitária, sindical, de movimentos sociais ou institucional. De modo geral, os meios ditos alternativos oscilam entre dois comportamentos opostos em relação ao jornalismo: ou naturalizam (e reproduzem) esse modo de fazer como técnica profissional neutra, investindo na ‘inversão’ do conteúdo como essência do alternativo; ou ignoram qualquer determinação, nomeando como jornal um mosaico que poderia ser classificado como qualquer outra prática — como textos acadêmicos, teses de partido, comentários, entre outros.

Na base de todas essas preocupações estão as possibilidades reais de construção de uma imprensa alternativa, o que, no entanto, nos obriga a, antes de tudo, questionar: alternativo a quê? Isso porque nos parece que as lutas sociais nesse campo, que tomam a forma da democratização da comunicação, promovem a ideia de diversidade como característica principal do que se considera alternativo, o que pouco dialoga, em essência, com a disputa de hegemonia que, na acepção gramsciana, vai além do campo da luta específica e vislumbra, ainda que de forma distante, a transformação das bases estruturantes da sociedade. Além disso, a democratização por que se luta encontra-se, em geral, mais fortemente no registro liberal do que num caminho anticapitalista. Como

³ Embora não haja espaço para desenvolver essa abordagem neste trabalho, é preciso indicar que esse modo de fazer se sintetiza e ganha tons ‘metodológicos’ no modelo da pirâmide invertida. Criado nos Estados Unidos, embora como resultado de um desenvolvimento histórico que tem origens anteriores na Inglaterra, esse modelo define que uma notícia, para ser jornalística, deve responder a seis perguntas fundamentais: o quê? Quem? Quando? Onde? Como? Por quê?

reconhece Lima, na introdução do livro 'Liberdade de expressão x liberdade de imprensa':

(...) não me refiro ao debate externo ao liberalismo, sobretudo àquele fundado na crítica marxista clássica. Refiro-me, apenas, ao debate interno às premissas liberais, consolidadas e praticadas em sociedades que têm servido de referência à nossa democracia, na perspectiva de construção do direito à comunicação centrado no indivíduo (e não em empresas) — razão última e sujeito de todas as liberdades e direitos. (Lima, 2010, p. 22)

É importante que não se considere essa uma crítica abstrata, que desconsidera as condições materiais dessa luta — em que, no caso do Brasil, por exemplo, que tem uma impressionante concentração midiática, qualquer conquista em relação a uma maior regulação pode ser considerada uma verdadeira 'revolução'. Nossa questão, é importante que se explique, é problematizar o que pode ir além ou preparar o terreno para que se vá além. Alternativo, na perspectiva deste trabalho, precisa ser compreendido como ferramenta de construção histórica de uma alternativa à ordem do capital. Não que se esteja considerando a possibilidade de se fazer uma revolução setorialmente, pela comunicação, ignorando-se as determinações econômicas do modo de produção vigente. Trata-se, de outro modo, de pensar a imprensa — e o jornalismo — como caminho, estratégia, ferramenta do que, a partir do pensamento de Gramsci, se costuma chamar de contra-hegemonia. Esse é o sentido e a função última que entendemos que deve ter o 'alternativo' na comunicação.

Da revolução à ordem: as mudanças do jornalismo

A imprensa informativa — calcada numa concepção de notícia em que a atualidade precisa ser acompanhada do ineditismo e a objetividade é compreendida como sinônimo de imparcialidade e neutralidade; em que os fatos devem falar por si; em que, sob o argumento de distinguir informação e opinião se separa metodologicamente o relato da análise, expulsando a contribuição da História — se consolidou na segunda metade do século XIX, com protagonismo dos Estados Unidos, embora tenha seu germe no jornalismo anglo-saxão de mais de um século antes. Ampara-se num caráter informativo distinto daquele que estava na origem do jornalismo, em que a notícia era a ‘mercadoria’ vendida como serviço de interesse comercial, num contexto de nascimento do que se configuraria como ordem burguesa (Habermas, 2003, p. 34).

Trata-se, da mesma forma, de um modelo de jornalismo que em muito se difere daquele produzido no contexto das revoluções liberais, sobretudo a Revolução Francesa, em que os jornais assumiram funções de “porta-vozes e condutores da opinião pública, meios de luta da política partidária” (Habermas, 2003, p. 214). Aranda nos parece preciso ao, curiosamente, caracterizar a imprensa informativa que substitui esse tipo de jornal — composta por publicações baratas e populares — como *política*, no sentido de que era produzida “para que os cidadãos assimilassem a nova política e a nova sociedade que estava se impondo” (2004, p. 87). O próprio autor conclui: “Embora seja uma metáfora um pouco enganosa, poderíamos dizer que o jornal político foi o representante do liberalismo revolucionário, que tentava tomar o poder, enquanto o jornal de notícias era representante do liberalismo conservador, já instalado no poder” (Aranda, 2004, p. 87). O caráter informativo dessa imprensa que nascia a serviço de uma nova sociabilidade burguesa estava, principalmente, na recusa à adesão partidária, já que, nesse momento, os fatos passam a fazer política ‘por si’. Gramsci, no

entanto, nos ajuda a reconhecer a falácia dessa separação: tratando do fenômeno moderno de fragmentação dos partidos “orgânicos”, não apenas entre diversos outros partidos independentes mas também entre outras instituições e forças dirigentes, ele defende que “um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também ‘partidos’, ‘frações de partido’ ou ‘funções de determinados partidos’”. Tomando como um dos exemplos o ‘Times’, da Inglaterra, Gramsci ressalta que também pode ser considerada um partido “a chamada ‘imprensa de informação’, supostamente ‘apolítica’” (2007, p. 350). Tomando emprestadas as palavras de Sodré, que se refere ao período de consolidação desse processo que aqui apenas se iniciava, completariamos ainda: “Logo a grande imprensa capitalista compreendeu, também, que é possível orientar a opinião através do fluxo de notícias” (Sodré, 1999, p. 4).

Curiosamente, no entanto, o objetivo (declarado) do jornalismo que se inaugura no momento em que a burguesia deixa de ser revolucionária, e se mantém, com pequenas nuances, até os dias atuais, continua sendo o esclarecimento da sociedade — aquele mesmo que orientava o ideal iluminista no período revolucionário —, mas agora sem partidarismos, cada vez mais sem interpretações nem opiniões, deixando os fatos falarem por si, por meio de um fazer jornalístico asséptico e metodologicamente controlado.

Do alternativo ao contra-hegemônico

A ideia de contra-hegemonia como atributo de uma outra prática jornalística não é apenas um adjetivo; refere-se a um conceito gramsciano que trata das estratégias de enfraquecimento e ruptura com a ordem capitalista no contexto das sociedades modernas. O autor explica:

O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública — jornais e associações —, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (Gramsci, 2007, p. 95)

Como se sabe, Gramsci nunca usou o termo contra-hegemonia, que é aplicado, no entanto, para se referir ao processo de construção, em luta, de uma hegemonia burguesa. Falar, portanto, em jornalismo contra-hegemônico significa reconhecer essa prática (a imprensa, o jornal mas também um certo modo de fazer) como instrumento e tática dos trabalhadores na luta de classes.

Se temos convicção de que o jornalismo que buscamos é aquele que se contrapõe à ordem burguesa, é preciso ter clareza também de que não reivindicamos como contra-hegemônico, para o contexto de luta atual, o jornalismo ilustrado, capaz da classe trabalhadora, em oposição e substituição à hegemonia de "esclarecer os "cidadãos. Esse jornalismo ilustrado, que serve de principal referência nostálgica para as críticas mais contundentes à imprensa empresarial burguesa dos dias de hoje, é normalmente associado ao período revolucionário burguês. Embora corretas na análise, essas críticas nos parecem por vezes ignorar a historicidade que faz com que esse perfil 'ilustrado' de um jornalismo voltado para o esclarecimento seja resultado e, ao mesmo tempo, tática, da ação revolucionária de uma classe — que depois se tornou hegemônica — e não uma característica 'ontológica' do jornalismo, que foi perdida e precisa ser recuperada. Se o jornalismo nasce como instrumento de uma burguesia revolucionária que

representava o esclarecimento em oposição ao obscurantismo do Antigo Regime que combatia, supomos nós que ele também se modifica com essa burguesia que, muito cedo, se consolidou no poder e deixou de ser revolucionária. As 'trevas' da monarquia logo deixaram de ser o obstáculo a ser superado, sendo substituídas, cada vez mais, pela organização da classe trabalhadora que era crescente naquele momento. Também o jornalismo, nos parece, ao ingressar na sociedade de classes, deixa para trás o ideal iluminista que um dia o caracterizou.

Mas não se trata apenas de uma distância histórica. Não nos parece um acaso que esse ideal de esclarecimento do jornalismo e a defesa da sua responsabilidade em levar as pessoas a pensarem por si seja parte, ao mesmo tempo, da cartilha burguesa e dos movimentos sociais contestatórios. Não basta, a nosso ver, que se denuncie o jornalismo burguês por não cumprir o que promete; é preciso refletir criticamente também sobre os fundamentos da promessa. A ideia de que, uma vez esclarecidas, as pessoas tornam-se capazes de formar sua própria opinião e agir 'conscientemente' a partir delas traz problemas de toda ordem. O primeiro é associar as mudanças necessárias na ordem social a um certo 'empoderamento' das pessoas que se dá, fundamentalmente, pelo conhecimento, pela informação ou, para sermos mais precisos, pelo esclarecimento.

Muito mais do que a pluralidade de vozes e versões baseadas na defesa da diversidade, este trabalho aposta no jornalismo como ferramenta da produção de uma consciência que, processualmente, no mesmo movimento das lutas concretas, se torne de classe. Da mesma forma, aderimos aos autores que reconhecem o conhecimento como elemento essencial, mas insuficiente, para o processo de consciência (Iasi, 2006; Lukács, 2003). Além disso, mesmo as formas de conhecimento pressupostas por esse processo de consciência precisam lançar mão de estratégias e caminhos diversos para chegar, progressivamente, *pari*

passu com as condições objetivas de organização da classe, à compreensão da totalidade. Isso, por um lado, impõe a presença da teoria; por outro, pressupõe mediações com intencionalidade e organização política.

Essa perspectiva ilustrada, a nosso ver, reduz toda a materialidade das relações sociais — que, como explicam Marx e Engels, se expressam nas ideias na forma de ideologia — a uma questão de opinião, escolha a partir de um certo repertório de informações. Reafirma, desse modo, os princípios da democracia burguesa, que aprisionam os caminhos da verdadeira emancipação humana a processos formais estabelecidos no contexto do capitalismo, para sua sobrevivência e perpetuação. Estabelecendo a pluralidade (de visões, versões, depoimentos, fontes...) como condição para a ação humana, esse ideal individualiza a ação e esvazia a noção de luta de classes.

Com isso retomamos a centralidade e a complexidade do conceito de ideologia. O eixo orientador da ação de um jornalismo contra-hegemônico, nos termos deste estudo, não é, portanto, sob nenhuma hipótese, uma mera disputa ideológica. Partimos da sugestão de que o papel (e o perfil) do jornalismo contra-hegemônico não é prioritariamente defender um conjunto de ideias que combata as ideias burguesas, mas agir no sentido de usar a informação e a contra-informação, tratadas a partir de uma intenção de totalidade, para desnaturalizar a dimensão particular dos fenômenos reais e, assim, ajudar, sempre reconhecendo os seus limites, a desmontar a ideologia burguesa. Como nos explica Muhlmann, num texto em que descreve e analisa a trajetória do Marx jornalista:

(...) o combate contra a ideologia não implica de modo algum que nunca se deva ter contato com ela; muito pelo contrário, luta-se contra a ideologia colocando-se no mesmo terreno que ela, discutindo com ela, e, pela

força da análise crítica, consegue-se fazer aflorar suas contradições, seus pontos cegos; em suma, ela é destruída por dentro. É esse processo que transparece no jornalismo de Marx (Muhlmann, 2006, p. 119).

Toda essa teorização, no entanto, só adquire sentido prático quando integra uma estratégia que aposta na construção de meios de comunicação próprios da classe trabalhadora. Com isso reafirmamos que a discussão aqui proposta não é sobre o jornalismo como atividade profissional, resultando numa alternativa de outra formação para os jornalistas atuarem ‘melhor’ na mídia burguesa. Esse é um caminho recorrente, por exemplo, nas críticas que demandam a definição e aplicação de ‘estratégias de comunicação’ por parte das instituições de esquerda, sobretudo os partidos políticos, o que em geral inclui a disputa por espaço na mídia hegemônica. Silva e Calil, em texto analítico e propositivo sobre uma política de comunicação contra-hegemônica, dizem que a busca de espaço na imprensa burguesa, que eles classificam de ingênua, foi a estratégia adotada, por exemplo, pelo Partido dos Trabalhadores Brasil, baseando-se em dois pontos principais: “a) a recusa de um grande investimento político na constituição de poderosos instrumentos de comunicação próprios; e b) a permanente tentativa de manter uma boa relação, indistintamente, com os grandes meios de comunicação de massa”.

Na quase totalidade dos casos, quando tal ‘espaço’ se abria à esquerda – sempre em decorrência da necessidade da própria mídia burguesa de manter sua legitimidade, sem a qual sua função hegemônica não poderia ser exercida – abria apenas a possibilidade de que se pudesse afirmar a discordância com as propostas, projetos e “reformas” em pauta, jamais tornando possível a afirmação de um projeto

político próprio e o avanço na construção de uma nova hegemonia (Silva e Calil, 2004, p. 1).

Completaríamos essa análise reiterando apenas que um dos maiores riscos dessa busca é a indiferenciação da luta, que levaria a se abrir mão da radicalidade do compromisso com a transformação, já que, como nos alerta Fontes, na grande imprensa “uma direita e uma esquerda adequadas ao capital configuram os limites máximos do debate” (2008, p. 160).

Jornalismo para além do capital: caminhos da contra-hegemonia

Supomos que as ideias de atualidade e imediaticidade que caracterizam o jornalismo burguês podem ser traduzidas como uma relação intrínseca do jornalismo com o cotidiano e seus desdobramentos no senso comum, dois conceitos importantes na tradição marxista, desenvolvidos, respectivamente, por Lukács (seguido por Agnes Heller) e Gramsci. Isso significa que, pela nossa perspectiva, independentemente da forma social que adquiriu na sociedade capitalista, o jornalismo, por definição, precisa lidar com um conhecimento que seja atual e relativamente imediato, mas isso se dá pela sua relação com essa dimensão cotidiana insuprimível da vida humana, não precisa, portanto, se manifestar como traço ideológico. No jornalismo burguês, a atualidade é o princípio que justifica e promove, ideologicamente, o isolamento da notícia e a fragmentação na sua forma de construção e apresentação. Em nome de uma atualidade que se pretende imanência, o jornalismo nos moldes burguês, sobretudo na sua versão mais atual, busca produzir o esquecimento, já que a atualidade não é tratada, nesse caso, como um momento da História, que, apesar de mais imediato e com ‘demandas’ necessariamente mais pragmáticas, se constitui na relação com o que o antecedeu e ajuda a organizar o que virá. Numa perspectiva inversa, Heller nos lembra que “a vida cotidiana não está ‘fora’ da

história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (2004, p. 20). E completa: “Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. O que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas ‘em-si’” (Heller, 2004, p. 20). Além de um recorte temporal, portanto, o ‘atual’ que nos parece caracterizar o jornalismo é aquilo que mobiliza os interesses e necessidades humanas imediatas regulares, o que, inclusive, põe em xeque a novidade como um dos critérios principais de definição de notícia na grande imprensa burguesa.

Já a noção de senso comum nos ajuda a associar mais diretamente essa caracterização do cotidiano como domínio das relações imediatas com a questão do conhecimento e, conseqüentemente, do modo como se formam as concepções de mundo. Entendida, inclusive, como uma primeira manifestação (imediate) da consciência, a ideia de senso comum nos permite a aproximação que buscamos com um tipo de conhecimento que, diferenciando-se claramente da ciência, vai também além do conhecimento sobre e para a imediateidade vivida, embora continue sendo fortemente informado pela concretude da vida prática. Gramsci define: o senso comum é uma “concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio” (Gramsci, 2004, p. 114). A noção de senso comum de Gramsci parte da ideia de que o homem “simples” está submetido a um amontoado de influências diferentes — e mesmo contraditórias — vindas de campos e temporalidades distintas, que orientam não só a forma como ele se comporta, mas também o modo como compreende o mundo.

É no registro do senso comum, situado e voltado para o cotidiano, que entendemos o ‘conhecimento’ de que trata o jornalismo. Desenhado como uma

atividade profissional, por um lado, e como atividade da cena pública imprescindível à democracia (burguesa), por outro, o jornalismo se conformou na junção — somatória e não dialética — de influências diversas. A profissionalização do jornalismo, no momento em que ele se torna claramente atividade ideológica e econômica, colaborou para que essa fragmentação ganhasse ares de unidade, capaz de ser resumida num conjunto de regras — técnicas, éticas — que ganham institucionalidade. Trata-se, portanto, do senso comum institucionalizado falando e agindo sobre o senso comum não institucionalizado da sociedade em geral e reforçando-o.

Se tanto o cotidiano, para Lukács e Heller quanto o senso comum, para Gramsci, são dimensões insuprimíveis da vida humana, marcados principalmente pela dimensão da imediaticidade, ambos estariam presentes em qualquer forma de sociabilidade, embora, na sociedade burguesa, ganhem funcionalidade ideológica. De forma sucinta, isso tem duas implicações principais. A primeira é que, se a associação que estabelecemos estiver correta, o jornalismo, embora filho da ordem burguesa, tem sentido e função para além dela. A segunda, e mais importante, é que essas instâncias, tal como conceituadas pelos dois autores, pressupõem brechas ao cerco armado pela ideologia dominante. Lukács enumera formas de suspensão do cotidiano que, embora sempre temporárias, pensadas dialeticamente, fazem com que o sujeito volte ao cotidiano tendo-o superado parcialmente. Gramsci identifica no senso comum um núcleo sadio do bom senso, que precisa ser desenvolvido no sentido de uma concepção menos fragmentada e mais unitária de mundo. Sugerimos que essas são pistas metodológicas importantes para uma outra prática e uma outra forma de se fazer jornalismo.

Além dessas categorias, seguimos ainda uma outra pista, fornecida pelo pesquisador brasileiro Adelmo Genro Filho e aprofundada pelos estudos do método no marxismo. Genro Filho caracteriza o jornalismo como uma forma de

produção de conhecimento que tem como especificidade partir sempre da singularidade dos fenômenos caminhando para o universal. Essa dialética das dimensões singular, particular e universal dos fenômenos — reconhecida no real e ‘reproduzida’ no plano do pensamento — nos parece um caminho possível para um novo processo de reconhecimento e tratamento da notícia como matéria-prima desse outro jornalismo que estamos tentando caracterizar. Parece-nos, inclusive, que é no exercício de identificação da singularidade/universalidade dos fenômenos particulares que pode residir o critério geral da notícia, por uma perspectiva contra-hegemônica.

Tudo isso significa tomar a imprensa e o jornalismo a ser criado como resultado de um processo inicial de ‘democratização’ a partir de um novo papel, que movimentava outras tantas categorias que o espaço não permite desenvolver neste trabalho: Gramsci fala em jornalismo integral; Lenin identifica as funções de agitação e propaganda do jornal; Marx trata os jornais como espaço para o exercício e aprimoramento do seu método materialista-histórico-dialético; Lukács e muitos outros tratam, genericamente, sem fazer referência à imprensa, da construção de uma consciência de classe. Em todos os casos, o jornalismo ganha a forma de instrumento que serve a uma estratégia de classe; é pensado, pois, como uma prática que se coloca a serviço não apenas da liberdade de imprensa ou das liberdades individuais liberais, mas da liberdade/emancipação humana. Esse é, teórica e politicamente, nosso desafio-síntese.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Coutinho, C. N. (2008). *Marxismo e política – a dualidade de poderes e outros ensaios*. SP: Cortez.
- Fontes, V. (2008). “Intelectuais e mídia – quem dita a pauta?”. In: Coutinho, E. G. (org). *Comunicação e contra-hegemonia*. (pp. 145-162). RJ: Ed. UFRJ.
- Genro Filho, A. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Disponível em www.adelmo.org.br.
- Gramsci, A. (2004). *Cadernos do Cárcere* vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,
- Gramsci, A. (2006). *Cadernos do Cárcere* vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gramsci, A. (2007). *Cadernos do Cárcere* vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Heller, A. (2004). *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Iasi, M. (2006). *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular.
- Lenin, V. I. (1975 a). *Que fazer?* São Paulo: Editorial Stampa.
- Lenin, V. I. (1975 b). *Sobre a imprensa e a literatura*. São Paulo: Editorial Stampa,
- Lima, V. de. (2010). *Liberdade de expressão x liberdade de imprensa: direito à comunicação e democracia*. São Paulo, Publisher.



- Lukács, G. (2003). *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes.
- Lukács, G. (1970). *Sociologia de la vida cotidiana. Prefácio*. Barcelona: Biblioteca Agnes Heller.
- Moretzsohn, S. (2007). *Pensando contra os fatos – Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico*. Rio de Janeiro, Revan,
- Muhlmann, G. (2006). Marx, o jornalismo, o espaço público. In: Novaes, A. (org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Netto, J. P. (org.) (2010). Para a crítica da vida cotidiana. In: Netto, J. P., Carvalho, M. do C. B. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo, Cortez.
- Silva, C., & Calil, G. (2004, junho). Apontamentos para uma política de comunicação contra-hegemônica. In: *Revista Espaço Acadêmico*, (37).